

Desde o início dos anos 80 a economia Brasileira encontra-se numa crise que provocou a estagnação do seu crescimento. Esta crise passa por dois momentos cujos determinantes mostram-se bastantes distintos; enquanto nos anos oitenta a crise da dívida nos forçou a promover a geração de superávits comerciais com o objetivo de remetê-los em seguida ao exterior na forma de pagamento de juros; nos anos 90 os fluxos internacionais de divisas voltam-se em direção ao Brasil, no entanto esses recursos destinam-se ao mercado financeiro e caracterizam-se por serem de curto prazo, mantendo assim o país numa situação de vulnerabilidade em relação à sua exposição externa.

É somente a partir dos anos 30 que o crescimento de nossa economia volta-se para dentro, e na medida em que nosso processo de industrialização avança o setor externo passa a ter o papel de fornecer matérias-primas e equipamentos não produzidos internamente. A dimensão e velocidade com que se dava o processo de industrialização estavam limitadas pela quantidade de divisas internalizadas. Num contexto em que as importações de matérias-primas e de equipamentos eram prioritárias, fica fácil deduzir que a taxa de câmbio era desfavorável às exportações. Desse modo era o acesso aos empréstimos externos que daria conta de manter o ritmo do processo de industrialização de nossa economia.

No início dos anos 80 este movimento de capitais em direção à nossa economia é bruscamente interrompido, impondo ao Brasil a obrigação de obter expressivos superávits comerciais com vistas a honrar o pagamento da dívida externa. Essa mudança de direção se refletiria sobre os diversos setores da economia de forma distinta. No Mercado de Trabalho, percebe-se que o crescimento do emprego formal é menor que o da PIA urbana. O Salário Mínimo, já deprimido ao longo dos governos militares, assume tendência de queda na década, apenas esboçando reação durante a vigência do Plano Cruzado. Já em relação à dívida externa, percebe-se que desde o II PND inicia-se um processo de transferência da responsabilidade da dívida ao setor público, movimento que se acentua no decorrer dos anos 80. Assim a parcela da dívida externa sob a responsabilidade do setor público salta de 49,7% em 1976 para 85% em 1989.

O ajustamento empresarial acabou sendo determinado pela posição da empresa no mercado. Ao passo que as pequenas e médias empresas sofreram diretamente as conseqüências dos desajustes dos 80's, a grande empresa reagiu em favor do seu próprio ajustamento. O mark-up dessas empresas que foi de 37% em média entre 1978-

1980, salta para 50% em 1983; suas despesas financeiras declinam em relação à despesa total e as margens de lucro líquido crescem e superam os níveis pré-crise.

Apesar de todos os constrangimentos percebidos ao longo dos anos 80, ainda era praticamente consensual a importância do papel desempenhado pelo estado na evolução de nosso processo de desenvolvimento. É a partir do consenso de Washington que esta crença começa a ruir, alterando profundamente a percepção dos agentes em relação ao papel do setor público neste processo.

Apesar de no início dos 90's os fluxos internacionais de capitais terem novamente se direcionado ao Brasil, isto acontece num contexto em que mudanças profundas iriam alterar alguns traços que não apenas estiveram presentes, mas foram vitais para garantir o ritmo do processo de industrialização brasileiro. É possível que a principal manifestação dessa nova ordem seja a abertura financeira, uma vez que é diante do processo de financeirização que o setor público e a produção se prostram.

Se numa ponta se percebe uma sobreliquidez internacional, causada por um longo período de taxas de juros deprimidas; na outra, encontram-se nos mercados emergentes latino-americanos, estoques de ações depreciados, governos fortemente endividados e proprietários de empresas públicas privatizáveis, além de perspectivas de valorização das taxas de câmbio e de manutenção de taxas de juros elevadas em moeda forte, mesmo após a estabilização.

Assim, as *condicionalidades* impostas para que os fluxos de capitais fossem internalizados, são rapidamente aceitas pelos governos que acreditavam que tais fluxos de divisas bastariam para prover o financiamento necessário à modernização do parque industrial brasileiro, devolvendo a este a capacidade de concorrer internacionalmente. Esta percepção decorria do fato de que o diagnóstico era o de que nossa indústria era pouco competitiva, sendo a proteção estatal a principal causa de sua ineficiência.

A abertura comercial deveria estimular a modernização industrial, no entanto o que se percebeu de fato foi em grande parte a internacionalização da propriedade da grande indústria, refletindo-se inclusive sobre o grau de internacionalização da produção. Percebe-se que apenas de o IDE ter saltado de Us\$ 2 bilhões entre 90-95 para Us\$ 33 bilhões em 2000, ele não se refletiu na relação FBCF/PIB, uma vez que tais fluxos foram responsáveis apenas pela compra de ativos já existentes.

As orientações do Consenso de Washington propoem ainda a desregulamentação dos mercados. Tal proposta partia do entendimento de que, mesmo no mercado de trabalho, a disputa entre agentes (*homogêneos*) se responsabilizaria pela

eliminação de distorções como o desemprego e a concentração de renda. Essa nova lógica se refletiria também sobre o caráter universalista das políticas públicas, uma vez que o “*permanente*” ajuste fiscal deveria conduzi-las a partir de agora de forma focalizada.

Neste mundo financeirizado a gestão das políticas monetárias acabam ficando praticamente restritas às operações de mercado aberto, uma vez que as inovações bancárias tem sido capaz de criar novas formas de liquidez, dando aos bancos um crescente grau de autonomia em relação a elas.

Infelizmente apesar das esperanças depositadas no atual governo, a orientação da política econômica – bastante semelhante à do seu antecessor – tem sido incapaz de superar a crise de forma consistente. Mantivemos inalterada, ou mesmo agravada a distribuição funcional da renda, convivemos quase que pacificamente com elevadas taxas de desemprego e contentamo-nos com quaisquer resultados positivos. Assim, o desafio que se coloca neste momento é o de pensar num projeto para o Brasil que ouse alterar radicalmente a estrutura da riqueza, não se limitando à distribuição da renda (fluxo), mas almejando inclusive redistribuir o estoque de riqueza já constituído.